

HABEAS CORPUS Nº 502.445 - RS (2019/0095020-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : SADI ANDRE FONSECA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de **SADI ANDRE FONSECA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Depreende-se da inicial que o paciente requereu, ao d. Juízo da Execução, que lhe fosse concedida a prisão domiciliar, alegando que cumpre pena em local inadequado ao regime semiaberto, o que foi deferido (fls. 34-40).

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, que foi provido, nos termos do v. acórdão de fls. 170-175, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. REGIME SEMIABERTO. DEFERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR MEDIANTE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. SÚMULA VINCULANTE N.º 56. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO CONCRETO. APENADO QUE EMPREENDEU FUGA DURANTE GOZO DO BENEFÍCIO. DECISÃO QUE DEVE SER DESCONSTITUÍDA. AGRAVO PROVIDO."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a Defensoria Pública estadual, ora impetrante, reitera a alegação de que o paciente se encontra em local inadequado para o cumprimento de pena no regime semiaberto, o que

determina que lhe seja concedida prisão domiciliar, nos termos do entendimento lançado no RE n. 641320/STF.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para que seja concedida a ordem, *"cassando-se o acórdão exarado pela Colenda Quarta Câmara Criminal do TJRS, para que, seja mantida a decisão do juízo a quo que concedeu a prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico"* (fl. 11).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição sumária**, não se verifica flagrante ilegalidade, uma vez que o v. acórdão vergastado está em consonância com a posição firmada por esta eg. Corte Superior de Justiça no julgamento proferido pela **Terceira Seção**, no **REsp 1710674/MG**, no rito dos recursos repetitivos (Tema 993), Relator o insigne Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, no sentido de que a colocação do apenado em regime de prisão domiciliar, em razão da ausência de vagas em local adequado para o cumprimento da pena, exige que sejam observadas as *"providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto."*

No mais, verifica-se que **o pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado após a devida instrução do feito. Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO
EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR.
EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.
DESCABIMENTO DO RECURSO.**

1. É assente na jurisprudência deste Tribunal

Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar.

2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.

3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.

2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)

Forte nessas razões, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

